



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Comissão de Economia, Obras Públicas,
Planeamento e Habitação

Registo E_COM6XV/2022/70
Data 20/10/2022

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Economia, Obras
Públicas, Planeamento e Habitação
Deputado Afonso Oliveira

Lisboa, 20 de outubro de 2022

Assunto: Requerimento para audição em Comissão sobre os aumentos das Taxas de Segurança Aeroportuárias

Este ano, o Governo já aumentou as taxas de segurança aeroportuárias em 77%, por duas vezes: a 9 de fevereiro e a 12 de setembro.

Estes aumentos vão assegurar à ANA um acréscimo de receita anual superior a 40 milhões de euros, que não resulta de qualquer aumento dos custos de produção, pois estes têm essencialmente origem no preço da força de trabalho, que continua sem ser aumentada e valorizada como é justo e possível.

Agora é a ANA que propõe um aumento das taxas aeroportuárias de 11%, que lhe traria um acréscimo de receitas de cerca de mais 40 milhões, argumentando agora com a inflação.

Para se perceber a gravidade da proposta, é preciso ter presente que a ANA, desde que foi privatizada em 2013, já aumentou as taxas aeroportuárias, nomeadamente do Aeroporto de Lisboa, em percentagens que quase sempre ultrapassam os 32% e chegam aos 192% no valor mínimo por aterragem.

Apesar da muita auto-propaganda sobre reduções de taxas durante a pandemia, a verdade, é que se se comparar as taxas do Aeroporto de Lisboa antes da privatização da ANA e aquelas que estão em vigor este ano, o que encontramos é esses aumentos de 32, 60, 120, 192%. Valores sempre muito superiores aos da taxa de inflação e ainda mais superiores aos valores do aumento de salários na ANA. E agora a ANA quer mais 11% de aumento.

Antes, a baixa taxa de inflação nunca foi travão ao aumento de taxas. Agora, a alta taxa de inflação serve de pretexto para mais um aumento.

Naturalmente as companhias aéreas queixaram-se. E têm razão. Este aumento de taxas não resulta da inflação, mas vai contribuir para a aumentar. Este aumento de taxas é o reflexo da ganância da Vinci, e da complacência do Governo português com os seus interesses. Mas este aumento de taxas só pode entrar em vigor se for aceite pela ANAC.

Assim, face ao exposto, e para aprofundar o conhecimento da atual situação e compreender melhor a avaliação que a Autoridade Nacional da Aviação Civil faz de todo este processo, o Grupo Parlamentar do PCP requer a audição da Autoridade Nacional da Aviação Civil.

A Deputada,
Paula Santos